

CÔA: ALGUMAS ETAPAS (CONDENADAS AO FRACASSO) DE UMA AMEAÇA DE ATENTADO CONTRA O PATRIMÓNIO MUNDIAL*

por

Vítor Oliveira Jorge

Desde inícios de Novembro de 1994 (para não recuarmos mais atrás) que assistimos em Portugal a uma das mais rocambolescas “histórias” da Arqueologia mundial.

Como toda a gente sabe, foi nessa altura tornada pública a identificação, no vale do Côa, afluente da margem esquerda do Douro português, de um número indeterminado de gravuras rupestres ao ar livre, em área que iria ser coberta pela albufeira de uma das maiores barragens projectadas para o país: a de Foz Côa. Tendo em atenção as descobertas de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta) e de Domingo Garcia (Segóvia, Espanha), nos inícios dos anos 80, e de Siega Verde (Ciudad Rodrigo, Espanha), no final da mesma década, aquelas gravuras foram desde logo consideradas como de idade paleolítica (entre 30.000 e 10.000 anos antes do presente). Em Siega Verde terão sido mesmo detectados animais extintos, como o megaceros, a rena, ou o bisonte.

A abundância das gravuras do Côa não parou de crescer com o tempo, atingindo, hoje (inícios de Julho de 1995), uma extensão de c. de 17 km. de rio. Verificou-se, mesmo, um facto inusitado: o de que muitas dessas gravuras foram identificadas em primeira mão pelas próprias populações locais, que desde logo encetaram um movimento em prol da sua protecção, participado por milhares de jovens.

Ao mesmo tempo, os maiores especialistas mundiais de arte rupestre, e em particular da sua mais antiga fase, a paleolítica, visitaram sucessivamente a área (em certos casos por mais de uma vez) confirmando o estilo inequivocamente paleolítico de muitas das gravuras descobertas. Citemos apenas, a título de exemplo, Rodrigo Balbín e Antonio Beltran (Espanha), E. Anati (Itália), H. de Lumley,

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 11-07-1995.

M. Lorblanchet, J. Clottes, D. Sacchi (França), Paul Bahn (Reino Unido), Ben Swartz (EUA). Também os portugueses Mila Simões de Abreu (IFRAO), António Martinho Baptista (PNPG) e Mário Varela Gomes (da Academia Portuguesa da História), com décadas de trabalho realizado em arte rupestre, além do signatário, entre muitos outros, confirmaram o carácter paleolítico das figuras gravadas do Côa. Nelson Rebanda, do IPPAR, que detectou as primeiras gravuras, registou mesmo na Faculdade de Letras do Porto uma tese de doutoramento sobre o assunto. Os especialistas portugueses de Paleolítico, João Pedro Ribeiro (U.P.), João Zilhão (U.L.), José Meireles Batista (U. M.), Luís Raposo (U.A.L.) e Nuno Bicho (U.A.) confirmaram igualmente a importância mundial deste património excepcional que o território português contém.

Esse património extraordinário não se confina aliás, como se sabe, ao Paleolítico: a área do Côa contém também gravuras atribuíveis às Idades do Cobre, Bronze e Ferro, para além de gravações mais modernas, e, no seu troço superior, vários “abrigos” pintados datáveis do Neolítico ou Calcolítico. Para além disso, há outros vestígios de ocupação humana pré-histórica, incluindo povoados com cerâmicas decoradas da mesma época presumível do Castelo Velho de Freixo de Numão (a poucos quilómetros de V.^a N.^a de Foz Côa), escavado por Susana Oliveira Jorge, da FLUP, desde 1989. Este notável povoado fortificado (com pelo menos duas linhas de muralhas, visto que outras podem ter sido destruídas pelo plantio de eucaliptos) data das Idades do Cobre e do Bronze (mais ou menos entre 2.200 e 1.200 a.C.).

Por sinal, estudos preliminares de ossos de animais encontrados neste último povoado (realizados por Miguel Telles Antunes, da UNL) não revelaram até agora restos de cavalo, um dos animais mais abundantes na arte do Côa, juntamente com o boi, os caprídeos e os cervídeos, temas característicos da arte do Paleolítico superior em toda a Europa. Pelo menos uma dezena de argumentos, estilísticos, compositivos e temáticos, poderiam ser aduzidos em prol da classificação paleolítica de muitas das gravuras do Côa, onde até não faltam os sinais esquemáticos e a figura humana próprios daquela arte. Realmente, e só para nos atermos ao antropomorfo fálico da Ribeira de Piscos (afluente da margem esquerda do Côa), poderemos considerá-lo como uma verdadeira certidão de autenticidade paleolítica.

Perante uma certa anemia do governo e das entidades que tutelam o património em Portugal, aparentemente incapazes ou sem vontade de tomar a decisão que há muito se percebeu que se impõe, a de mandar parar as obras da barragem de Foz Côa, a empresa EDP, que, tanto quanto saibamos, tem a seu cargo apenas a produção de energia, tomou uma estranha liderança neste processo, também inédita a nível mundial. Pareceu arvorar-se em improvisado “Instituto do Património Arqueológico”, dotado de grandes meios financeiros, mas com a finalidade de

construir a barragem a todo o custo. Tentou então, em três “etapas” que aqui esquematicamente podemos considerar, encontrar os argumentos necessários à consumação desse acto, publicamente apresentado com a boa intenção de, moderada e consensualmente, conjugar o “progresso” com o “respeito pelo património”. A versão caricatural de tal intenção foi repetidamente exposta pela presidência da autarquia local como sendo a adição do totoloto (barragem) e do jackpot (barragem + gravuras). Este “prémio” excepcional arriscar-se-ia, porém, se não fosse o levantamento da consciência pública, a figurar futuramente no “Guinness” dos atentados contra o património mundial. Pelo bom nome de Portugal e de Foz Côa não permitiremos que tão triste celebridade, produto de ignorância (até certo ponto compreensível...) e de interesses de curto prazo (mas lesíveis do futuro), venha a ocorrer.

A primeira dessas etapas foi a de, pura e simplesmente, afundar as gravuras debaixo da albufeira. Ficariam assim mais “protegidas dos vândalos”. Alguns “cientistas” de serviço deram cobertura a esta tentativa. Falou-se de impermeabilização de rochas, até de campânulas subaquáticas com câmaras de filmar para, do exterior, se poder observar e “monitorizar” a eventual degradação, ou não, das rochas. Não se lembraram de que as rochas do complexo xisto-grauváquico que serve de suporte às gravuras certamente não resistiriam muito tempo à erosão química e mecânica. E de que, passados uns 70 anos, quando a barragem, por assoreamento, tivesse de ser abandonada, o leito do rio ficaria coberto por dezenas de metros de lodo e pedras, entulhando por completo os vestígios que milagrosamente tivessem resistido (?) a tal “preservação”. Após a publicação, num conhecido semanário, de tão sensacional solução, ela ficou na história do humorismo português, sendo bem aproveitada por diversos cartoonistas.

A concorrência a populares programas de divertimento televisivo não ficaria, porém, por aqui. Um helicóptero com jornalistas terá sido trazido de Lisboa para que estes pudessem assistir a outra solução, a uma segunda etapa de “conjugação” da barragem com as gravuras. *Tratar-se-ia, agora, de, com sofisticada técnica sueca, cortar as rochas gravadas, para as transportar para outro local,* com absoluto menosprezo pela envolvência paisagística que lhes dá todo o sentido e significação simbólica. Por “não saberem nadar”, as gravuras passariam, agora, a “saber voar”. O carácter arriscado de tal operação, verdadeira “espectacularização” de um atentado contra o património (cujo tratamento há muito ultrapassou a filosofia das “soluções” tipo “Assuão” dos anos 60) não surtiu os efeitos mediáticos pretendidos.

Só restava, agora, uma terceira solução, que pode ter estado, desde sempre, “na manga”. Servindo-se, de novo, de solícitos “cientistas” prontos a cooperar, desta feita sem que tenham tido qualquer contacto com a comunidade científica nacional, procurou-se desacreditar os arqueólogos portugueses e europeus. O Côa

foi cobaia de novos métodos de datação “científica”, ainda em fase experimental e altamente falíveis, ensaiados por australianos, canadianos ou norte-americanos, tendentes a *provar que as gravuras são muito mais recentes do que se imaginou*. A já esperada acção mediática ocorreu em mais uma edição, recente, do semanário que anteriormente se tinha feito eco do “parque jurássico” do Côa. Mas desta vez foi-se mais longe: acusou-se de fraude, em título de primeira página, todos aqueles que têm lutado para demonstrar a antiguidade e a importância da arte do Côa. Esses mesmo que, como o signatário, repetidamente afirmaram que, mesmo que por absurdo se viesse a provar que nenhuma das gravuras daquele rio data do Paleolítico, tal em nada diminuiria o seu excepcional valor mundial.

Os promotores deste tipo de acções de propaganda, envoltas em roupagens “científicas”, mas sem qualquer discussão prévia em foros sérios, denunciam-se a si próprios. Têm pouca consideração pelo discernimento dos portugueses, muitos dos quais podem perceber ainda pouco de arqueologia, ou de métodos de “datação”, ou de “arte rupestre”, mas reagem de forma muito negativa a tudo quanto lhes cheire a processos pouco isentos, ainda por cima utilizando o seu dinheiro de contribuintes.

E já perguntam, passando da bonomia condescendente a certa irritação, na expectativa de mais um episódio rocambolesco: qual será a etapa seguinte desta fotonovela de mau gosto? Até quando iremos permitir este escoamento do nosso capital, material e ético?

Tenham juízo, meus senhores! E, já que produzem electricidade, faça-se luz no vosso espírito, nem que seja recorrendo a uma pequena lâmpada de 25 watts!

Porto, Julho de 1995